

RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.845 - RJ (2019/0003859-6)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **PRODERJ - CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADOR : **RODRIGO BORGES VALADÃO E OUTRO(S) - RJ108718**
RECORRIDO : **CELSO EDUARDO SIMOES DE ABREU**
ADVOGADO : **ANDRÉA MONTEIRO GAMELEIRO E OUTRO(S) - RJ089333**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. OFENSA AO ARTIGO 884 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS (GEE). PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NEGATIVA DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85 DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 211):

Agravo interno contra decisão que negou seguimento à apelação. Recurso decidido monocraticamente em razão de sua manifesta improcedência. Incidência do artigo 557, caput, do CPC. Manutenção da decisão monocrática agravada.

Embargos de declaração rejeitados.

Preliminarmente, o recorrente alega violação do artigo 535, I e II, do CPC/1973, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito das seguintes questões: (a) prescrição do fundo de direito; (b) impossibilidade de extensão da gratificação, sob pena de violação aos artigos 2º; 37, X; 61, §1º, II, "a", e 169, §1º, da Constituição da República; e (c) definição do o patamar da gratificação a ser implantada.

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 1º do Decreto 20.910/32 e 884 do Código Civil de 2002, sob os seguintes argumentos: (a) não se trataria "de prescrição das prestações vencidas antes de cinco anos do ajuizamento da ação, mas sim da prescrição do próprio fundo de direito (relação jurídica fundamental). Isto porque, somente haveria que se falar em prescrição das parcelas vencidas quando acaso já existisse determinada situação jurídica consolidada"(fl. 233), o que não ocorreu nos autos; e (b) o acórdão recorrido "prestigia hipótese de enriquecimento sem causa do Recorrido" (fl. 235).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 299-302.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no

CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Sob esse enfoque, afasta-se a alegada violação do artigo 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia, apenas não adota as razões do recorrente. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração. A aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Assim sendo, colhe-se do aresto vergastado a seguinte fundamentação (fls. 212-213, grifos no original):

[...]

O agravo interno não merece provimento. Neguei seguimento à apelação em decisão assim fundamentada:

“**CELSO EDUARDO SIMÕES DE ABREU** ajuizou ação de cobrança contra **CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PRODERJ**. O autor pretende receber a “Gratificação de Encargos Especiais – GEE”, paga a outros colegas na mesma situação funcional.

A sentença julgou procedente o pedido para determinar o implemento da gratificação na quantia de R\$ 1.000,00.

Apela o réu insistindo na prejudicial de prescrição quinquenal. Sobre a questão de fundo, reafirma que a GEE constitui vantagem de caráter transitório, despida de natureza remuneratória, que demanda o preenchimento de requisitos próprios. Acresce que o Judiciário não pode atuar como legislador positivo e determinar a extensão de vantagem pecuniária.

Recorre o autor pugnando pela fixação da GEE em valor equivalente ao recebido por servidor do seu nível funcional.

Foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

Inicialmente, analiso a prejudicial de prescrição, não apreciada pelo Juízo Unitário.

Por tratar-se de relação de trato sucessivo, a prescrição somente atinge as prestações vencidas mais de cinco anos antes do ajuizamento da ação (Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça). Rejeito, portanto, a prejudicial.

Sobre a questão de fundo, a “Gratificação de Encargos Especiais” foi regulamentada através dos processos administrativos nº E-01/60.150/2001 e E-01/60.258/2002, para ser paga a todos os servidores da autarquia.

De acordo com a Súmula nº 150 TJRJ, essa gratificação possui caráter genérico e constituiu verdadeiro reajuste remuneratório. Logo, deve ser paga ao autor e servir de parâmetro para o cálculo dos consectários remuneratórios (férias, 13º salário e triênios).

No tocante ao apelo do autor, a norma instituidora da gratificação não estabelece correlação entre o valor da verba e

o nível funcional do servidor.

Concluo, desse modo, que a sentença não merece reparos.

Ante o exposto, nego seguimento aos recursos, monocraticamente, com aplicação do artigo 557, caput, do CPC”.

Como se vê, o recurso foi decidido monocraticamente, na forma do artigo 557, caput, do CPC, porque manifestamente improcedente. As razões do agravante não me convenceram da necessidade da apresentação do recurso originário ao colegiado.

[...]

Desnecessário, portanto, qualquer esclarecimento ou complemento ao que já decidido pela Corte de origem, pelo que se afasta a ofensa ao artigo 535 do CPC/1973.

Nota-se, ainda, que o artigo 884 do Código Civil (e a tese a ele vinculada) não foi apreciado pela Corte de origem, inclusive após terem sido opostos os embargos de declaração, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se à hipótese a Súmula 211/STJ.

No que tange à tese recursal de que se aplica, *in casu*, a prescrição do fundo de direito, observa-se que acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte Superior no sentido de que não ocorre a prescrição do fundo de direito nas relações de trato sucessivo, em que a conduta omissiva se renova mês a mês, no caso de inexistir manifestação expressa da Administração negando o direito pleiteado - como na presente hipótese, uma vez que a Gratificação de Encargos Especiais foi reconhecida na instância ordinária como sendo verdadeiro reajuste salarial - estando, portanto, prescritas apenas as prestações vencidas no quinquênio que precedeu à propositura da ação, consoante o assentado na Súmula 85 do STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONVERTIDO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA.

I - O e. Tribunal *a quo*, a quem cabe a última interpretação sobre a lei local, entendeu que a suscitada gratificação de encargos especiais constituiu-se em verdadeiro reajuste, possuindo, na realidade, caráter genérico, devendo, portanto, com fundamento no princípio da isonomia, ser estendido a todos os servidores inativos.

II - Nas demandas em que se discute o reajuste de vencimentos de servidores, a prescrição não atinge o próprio fundo de direito, mas tão-somente as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu à propositura da ação. Precedentes.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 842.453/RJ, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 10/09/2007)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS - GEE. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. INOCORRÊNCIA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ DESTA CORTE.

1. A Terceira Seção firmou entendimento de que **em se tratando da Gratificação de Encargos Especiais, a prescrição não alcança o fundo do direito, mas somente as parcelas anteriores ao quinquênio que**

antecede o ajuizamento da ação (Súmula 85/STJ).

2. Agravo a que se nega provimento. (AgRg no REsp 935.575/RJ, Rel. Ministro Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 19/04/2010).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/1973. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ.

[...]

4. **Com efeito, inexistindo manifestação expressa da administração pública negando o direito pleiteado, não ocorre a prescrição do fundo de direito, mas tão somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu à propositura da ação, ficando caracterizada relação de trato sucessivo (Súmula 85 do STJ).**

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.631.623/PA, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 29/9/2017).

Nesse mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: AREsp 1.138.736/RJ, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 06/04/2018; AREsp 1.239.181/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 05/03/2018.

Dessa forma, não há como acolher a pretensão do insurgente no sentido de se afastar a aplicação da Súmula 85 desta Corte, pelo Tribunal de origem, ao caso vertente. Portanto, merece permanecer incólume o acórdão *a quo* que rejeitou a prejudicial, apresentada em apelação, de prescrição do fundo de direito.

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial** e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator